



**Projeto de Lei nº 2.531, de 2021**

(Da Sra. Rose Modesto)

Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica.

**EMENDA Nº**

Art. 1º Dê-se ao art. 2º, do PL n. 2.531/2021, a seguinte redação:

“Art. 2º O piso salarial profissional nacional dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica será de R\$ 2.164,68 (dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) mensais, para a formação em nível médio, e o piso salarial profissional nacional dos quadros de pessoal de suporte pedagógico da educação básica será de R\$ 3.978,49 (três mil novecentos e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos) mensais, para a formação em magistério, pedagogia e licenciaturas diversas (NR)”.

**JUSTIFICAÇÃO**

Uma educação capaz de ampliar capacidades e potencialidades, como preconiza a nova lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), n. 14.113, de 2020, precisa evidenciar e fortalecer o apoio ou acompanhamento





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE**

pedagógico como incentivador do máximo aproveitamento dos alunos em seu processo de aprendizagem, em especial com base na premissa de que cada pessoa aprende em um tempo determinado e de uma maneira própria.

Incluir esse segmento no PL 2.531, de 2021, contribui com o desafio de pensar uma educação para todos, com a criação de planos de carreira que assegurem remuneração adequada para esses profissionais.

Sala da Comissão, em de maio de 2023.

**Deputado CARLOS VERAS**

